

**PROJETO DE LEI Nº      , DE 2017**  
**(Do Sr. CABO SABINO)**

Dispõe sobre a percepção de auxílio transporte para os integrantes dos órgãos constantes no art. 144 da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os integrantes dos órgãos constantes no art. 144 da Constituição fazem jus a percepção de auxílio transporte.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação

**JUSTIFICAÇÃO**

O projeto de lei em tela visa garantir aos integrantes dos órgãos constantes no art. 144 da Constituição a percepção de auxílio transporte.

Os servidores da União, por exemplo, recebem o chamado Auxílio-Transporte (instituído pela Medida Provisória nº 2.165-36, 2001). Assim, se o Município ou Estado, a exemplo do que fez a União, não instituir Auxílio-Transporte para os seus servidores públicos de forma, estará desobrigado de pagar o benefício.

Os profissionais de segurança pública, segundo dados oficiais da Organização Mundial de Saúde, exercem a segunda profissão mais

perigosa e insalubre do mundo, somente perdendo para os mineradores de carvão. Sendo certo que, no Brasil, são os primeiros.

O Brasil está envolto em um quadro epidêmico de violência, no qual os profissionais de segurança pública têm sido vítimas fatais, sendo o nosso país aquele em que mais são mortos policiais no mundo, chegando à marca de 500 (quinhentos) por ano.

Tudo isso sem contar aqueles que acabam ficando com a seqüela de invalidez permanente em decorrência da violência sofrida no exercício de suas funções.

Todo esse quadro drástico ainda é somado com a falta de correspondente reconhecimento salarial, tendo os agentes de segurança pública, por exemplo, seus salários cada vez mais defasados e corroídos pela inflação.

Uma forma de minimizar essa situação, já que no atual quadro de crise econômica as negociações por reajustes salariais não tem prosperado, é assegurar, ao menos, os direitos básicos destes importantes servidores, ou seja, garantir o direito da percepção do auxílio transporte, pois não é justo o servidor pagar para ir trabalhar.

Nesse contexto, a presente proposição tem o propósito de assegurar esse direito aos servidores públicos integrantes dos órgãos de segurança dispostos no rol do art. 144 da Constituição Federal..

Por fim, pareceu-nos necessário apontar que as medidas propostas no presente projeto, até mesmo por sua inestimável importância, integram comandos legais de grande relevância ao nosso ordenamento jurídico, os quais serão componentes assecuratórios na busca por mais reconhecimento destes importantes servidores.

Tendo em vista o acima exposto, e o seu relevante mérito, conto com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, em        de        de 2017.

**Deputado CABO SABINO**